

Avila de Santa Maria de Baependi no contexto da economia de abastecimento: urbanização, edificação e ornamentação de capelas e igrejas, 1814-1856.

Maria Cristina Neves de Azevedo (UFOP)¹

RESUMO: O arraial de Baependi foi erigido em Vila em 19 de julho de 1814, no contexto de ampliação de vilas na Capitania de Minas Gerais. Acrescente edificação de capelas e igrejas – na sede e freguesias que compunham o seu termo –, as obras de ornamentação interna da igreja matriz e a confirmação de compromissos de irmandades leigas foram movimentos concorrentes à iniciativa de ordenação da sede da vila. Estes aspectos parecem favorecer a leitura das transformações sociais e econômicas que estavam em curso naquela região, na primeira metade do século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Arte sacra, Economia de abastecimento, Vila de Santa Maria de Baependi, Joaquim José da Natividade.

ÁREA TEMÁTICA: História Econômica e Demografia Histórica

¹ Aluna do curso de Doutorado em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).
Email: mcnazevedo@yahoo.com.br

Apresentação

Localizado no sul de Minas Gerais, o arraial de Baependi foi erigido em Vila por Alvará expedido em 19 de julho de 1814. Sua ascensão na hierarquia urbana estava inserida no contexto de ampliação de vilas na Capitania de Minas Gerais quando foram instituídas sete novas sedes administrativas, entre os anos de 1789 e 1814 (FONSECA, 2003, p. 41). A alteração do *status* urbano impôs a implantação dos instrumentos da administração pública, o que implicava na construção de prédios e na ereção de símbolos que formalizassem a nova jurisdição administrativa.

As transformações urbanas promovidas na vila, com vistas à melhor acomodação dos moradores e daqueles que por ali passaram a transitar, são indicadas nas arrematações registradas nos livros da Câmara tais como a construção de calçadas, de um aqueduto, a reforma de pontes, a abertura e conservação de estradas e o estabelecimento de Posturas Municipais. Estes aspectos parecem favorecer a leitura das transformações que estavam em curso naquela região, na primeira metade do século XIX.

A crescente edificação de capelas e igrejas – na sede e freguesias que compunham o seu termo –, as obras de ornamentação interna da igreja matriz, dedicada à Nossa Senhora de Montserrat, a confirmação de compromissos de irmandades leigas – principalmente de Nossa Senhora do Rosário e da Boa Morte –, e a solicitação de ereção de capelas próprias para as irmandades foram movimentos concorrentes à iniciativa de ordenação da sede da vila.

Entende-se a organização do espaço, seja urbano ou rural, nos âmbitos sagrado e profano, como expressão material e simbólica do jogo de poder entre os diferentes grupos que compunham esta sociedade. Neste sentido, as dinâmicas demográfica, produtiva e social da vila e seu termo estariam impressas nas alterações promovidas na paisagem local.

Como em um jogo de escalas, pretende-se estabelecer um diálogo com instâncias mais abrangentes relacionando – quando possível – intervenções nos espaços local e regional. A proposta que ora se apresenta possibilita a reflexão acerca do sul de Minas, afirmando a importância da organização de uma economia diversificada, baseada em relações diversas de trabalho e propriedades com características múltiplas (GRAÇA FILHO, 2002).

A partir de documentação existente no Arquivo Municipal de Baependi – correspondência, atas e registro de receitas e despesas da Câmara – e do Arquivo Público Mineiro – correspondência e demais registros relativos à capitania e província mineiras – busca-se identificar as transformações operadas no espaço e as experiências a elas relacionadas.

De arraial à Vila de Santa Maria de Baependi

A sede da vila de Baependi, estabelecida “nas margens meridionais do rio do mesmo nome”, distava “da vila da Campanha, a leste, 14 léguas, de Mariana 55, e do Rio de Janeiro 64” (RAPM, v. 13, 1908, p. 625). Denominada Vila de Santa Maria de Baependi sua ascensão na hierarquia urbana contou com a mobilização dos moradores de sua freguesia e da de Pouso Alto. Tendo como procurador o Capitão Mor Manoel Pereira Pinto (AMP: SG, Cx. 91, Doc. 23), enviaram requerimento ao Príncipe Regente onde indicavam “a precisão, e

necessidade da criação desta Vila a cujas justiças anuindo Sua Majestade houve por bem criá-las” (AMHB: Cx 19. Doc. 18).

Para sediar a nova unidade administrativa foi indicado o arraial de Baependi, por sua centralidade – em relação aos demais arraiais que compuseram o Termo – e por possuir “terreno mais aprazível, e formoso, sadio”(AMP: SG, Cx. 91, Doc. 23). A “formosura” da terra, vila ou das ruas significava “um ideal de urbanismo de programa” (FONSECA, 1997, p. 93) que daria a conhecer “a boa ordem com que estão dispostas a *polícia*² e a cultura dos seus habitantes” (LAVEDAM, 1926 apud FONSECA, 1997, p. 93). Tais preceitos remontam à visão iluminista de que o cuidado com a conformação do espaço citadino estaria diretamente relacionado ao “nível de civilidade de seus habitantes” (FONSECA, 1997, p. 89).

A implantação da vila implicava na construção de prédios e na ereção de símbolos que formalizassem a nova jurisdição administrativa. Para tal, foram realizadas despesas pelo Capitão Mor Manoel Pereira Pinto, como consta em representação por ele apresentada à Câmara Municipal de Baependi. Com Rubricas, Pelouro, Sinete, cofre e fechadura para os Pelouros, Certidões e Livros de registro das rendas da Contribuição voluntária dispendeu 157\$560 réis, que rogava lhe fossem pagas por ter se incumbido da requisição da criação da vila. Em janeiro de 1821 os camaristas determinaram o pagamento ao suplicante “pelo rendimento desta Câmara” (AMHB: Cx. 19, Doc. 18, f. 1v) tendo sido o recibo emitido somente em 14 de janeiro do ano seguinte.

Em 27 de outubro de 1814, foi levantado o Pelourinho “na praça que se acha junta a Igreja Matriz da mesma Vila, estando junto, e entorno do dito lugar o Clero, Nobreza e Povo, desta mesma Vila e seu Termo” (RAPM, v. 1-fasc. 3, 1896, p. 432). Presente à solenidade se achavam o Desembargador Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, o Dr.^o Manuel Ignacio de Mello e Souza, e representantes da localidade como os irmãos Domingos e Antônio Rodrigues Affonso, o Capitão de Ordenanças e camarista André Bernardes Gusmão e Manoel Pereira Pinto³.

Para o estabelecimento da Casa da Câmara e Cadeia foram adquiridas casas segundo

(...) Acórdão [corroído] sessão de 11 de abril de 1815, ter esta Câmara comprado ao Capitão Joaquim Ferreira da Silva, as casas que servem de Cadeia, pela quantia de 800\$000 réis, por cuja conta nada deu esta Câmara até o presente sendo por isso verdadeira a cessão(?) apresentada pelo Suplicante ((AMHB: Cx. 19, Doc. 18, f. 1v).

No ano de 1816, foram dispendidos 4\$267 réis com o serviço dos ferreiros João de Pinho, Francisco Ignacio de Mello, José Caetano e José Correa de Sá para “a segurança da Casa da Câmara e Cadeia” além de 1\$000 com a fatura do Padrão da Câmara por José Alves Bernardes (AMHB: Cx. 19, Doc. 2). Em 1817, foram pagos 8\$690 réis para José Pinho Nogueira pela

²Para o sentido do termo *polícia* no século XVIII, Claudia Damasceno Fonseca recorreu a verbete do dicionário do jesuíta Raphael Bluteau onde é entendido como a “boa ordem que se observa e as leis que a prudência estabeleceu para a sociedade humana nas cidades”.

³ Os irmãos Domingos e Antônio Rodrigues Affonso eram, especificamente, o Vigário da Paróquia e o Padre Coadjutor. Foi no paróquiato de Domingos Rodrigues (1795-1835) que tiveram início as obras de reforma e ornamentação da igreja matriz de Baependi. André Bernardes Gusmão e Manoel Pereira Pinto fizeram parte da administração da vila nos seus primeiros anos de existência.

fatura do “caixão para repouso das águas do telhado” (AMHB: Cx. 19, Doc. 6, f. 20). Joaquim Rodrigues Correa de Barros especificou os serviços prestados no recibo por ele passado.

Recebi do Alferes José Correa de Sá como tesoureiro e procurador da Câmara desta Vila o presente ano vinte um mil seiscentos e cinquenta reis de jornais de meus escravos pedreiros e do Carreto de pedras que mandei tirar para a fatura de um paredão de pedra que mandou fazer nas Casas da Câmara por ordem da mesma e assim por dois alqueires de Cal e jornais dos ditos meus escravos para caiar rebocar a mesma Casa da Câmara que tudo soma a dita quantia e para sua Clareza passo o presente hoje vinte e nove de novembro de 1817. João Roiz Correa de Barros. São 21\$650. (AMHB: Cx. 19, Doc. 6).

Entre os anos de 1816 e 1818, podem ser identificadas despesas com a procissão do Corpo de Deus, nos livros de registro das Receitas e Despesas da Câmara. Em 1816, o Vigário Domingos Rodrigues Affonso recebeu 14\$400 réis pela missa cantada na função de Corpus Christi. Para cantar a Epistola ou o Evangelho, receberam 4\$800 réis os padres Antônio Gonçalves Penha, Cristóvão Pinto de Vasconcelos e Francisco Monteiro da Fonseca (AMHB: Cx. 19, Doc. 2).

No ano de 1817, ao comerciante Antônio José Pacheco “morador nesta Vila com sua loja de fazenda seca” (AMHB: Cx. 19, Doc. 6, f. 2), foi comprada cera para “a festa e procissão de Corpo de Deus” pelo preço de 28\$000. O Mestre de Música Salvador Moreira Roiz, que assistiu à Missa cantada e a procissão do Corpo de Deus, cobrou 25\$000 pelo serviço realizado (AMHB: Cx. 19, Doc. 6, f. 4) e, no ano seguinte, por Missa Cantada, Procissão e festividade de Corpus Christi, recebeu 30\$000.

Manuel Pereira dos Santos Roque⁴ cobrou à Câmara da vila os serviços prestados no ano de 1815, em representação de 1816. A não quitação, em “grande espaço de tempo que tem decorrido sem ser embolsado”, levou prejuízo ao suplicante que afirmou viver e manter “sua família de trabalho e exercício da sua arte” (AMHB: Cx. 19, Doc. 5, f. 1). Fez a Câmara a solicitação da fatura e pintura de uma imagem de São Jorge “para servir na Procissão de Corpo de Deus que se fez e as mais que se seguirem” (AMHB: Cx. 19, Doc. 5, f. 3), incluindo na encomenda 3 varas e escudos, e mais paramentos para a mesma procissão.

Ao longo do conjunto de documentos alternam-se os despachos entre as partes explicitando as etapas da negociação do serviço no que diz respeito ao acerto dos itens, os valores pedidos e aqueles que foram efetivamente pagos, a regulação do ofício e dos preços para as peças produzidas – a partir da consulta às “pessoas que entendiam alguma coisa” (AMHB: Cx. 19, Doc. 5) –, dos pontos relativos ao acerto dos serviços, as formas de pagamento e os responsáveis por estes.

O alto preço pedido pelo serviço foi justificado, pelo Tesoureiro Antônio José de Souza Rodrigues, pela ausência de Mestres na localidade que pudessem concorrer com Manuel Roque, sendo este um indício da ausência

⁴ Ao escultor Manoel R. S. Roque foi atribuída a autoria a duas peças de imaginária devocional que integram o patrimônio histórico e artístico de Baependi. São elas uma imagem processional de Nossa Senhora da Boa Morte, que se encontra na capela da irmandade, e um Cristo Crucificado pertencente ao acervo da Igreja Matriz de Baependi.

de artistas, artífices e oficiais mecânicos habilitados na localidade para a confecção de peças de imaginária devocional. O não comparecimento do suplicante no decorrer do processo – pela constituição de procuradores que o representassem – permite refletir sobre existência de demanda de obras no âmbito do sagrado, nesse período, na região em tela.

A implementação de melhoramentos urbanos pode ser acompanhada pelos Autos de arrematação registrados no *Livro de Arrematação das Rendas da Câmara e das Obras Públicas*. A construção de calçadas na sede da Vila possui dois registros, sendo o primeiro para o ano de 1824 e o segundo para o ano seguinte. Na primeira ocasião, as calçadas deveriam ser feitas “de *pedra boa de maneira que se não desmanche* a saber cada uma braça de dez palmos em quadra” pelo valor de 2\$000 (AMHB: Livros Antigos, nº 5.1, 1814-1838, f. 48-49).

O arrematante da obra, o Alferes Antônio Luiz Cardoso, dirigiu representação à Câmara

em razão da grande dificuldade que há nos lugares de ladeira e (...) o prejuízo que se lhe seguia e tinha se presentado digo e tinha experimentado em tal obra pelo preço que havia arrematado e sendo ai pelo dito Juiz Presidente e oficiais da Câmara depois de haverem pedidos os necessários exames, foi determinado ao Porteiro destes Auditórios Romualdo Rafael Arcanjo trouxesse em pregão e venda e arrematação a mencionada obra na forma das Condições apresentadas (AMHB: Livros Antigos, nº 5.1, 1814-1838, f. 51v).

No ano seguinte foi registrado Auto de arrematação “da fatura das calçadas nas ruas públicas desta Vila *nos lugares de ladeira* a 2\$780 cada uma braça de dez palmos em quadra” (AMHB: Livros Antigos, nº 5.1, 1814-1838, f. 51v) comparecendo o mesmo Alferes que arrematou a obra seguindo as condições especificadas. Diz o auto que

*foi pedido a quantia de dois mil setecentos e oitenta réis pela fatura de cada uma braça de dez palmos em quadra, e aceitando [sic] as condições em que lhe foram apresentadas, que vem a ser aterrar as ruas nos lugares aonde se acharem com buracos feitos pelas águas que correm, e desaterrá-las aonde existirem barrancos e outros **inconvenientes que obstam ao livre trânsito dos moradores e mais pessoas**, e [sic] e aplainá-las de maneira que fique a obra em perfeição (AMHB: Livros Antigos, nº 5.1, 1814-1838, f. 52).*

Este documento permite a reflexão acerca da adequação da Vila a um contexto de crescimento da população, necessitando as ruas serem adequadas a novos espaços de sociabilidade. Em função da localidade ter sua produção voltada para a agricultura e pecuária, a circulação de pessoas deveria ser igualmente facilitada. Tais aspectos em conjunto são indicações da dinâmica social e econômica na qual estava inserida a localidade.

No ano de 1829, devia a Câmara parcela do pagamento da arrematação ao Alferes, que dirigiu representação ao Governador da Província solicitando sua intervenção no caso. A suspensão do acerto, feita pelo Fiscal da municipalidade, tinha como alegação a obra não se encontrar em perfeição. Por sua parte, Antônio Luiz Cardozo justificou a querela “por motivos de

desafeição” e pelo “gênio *atrabiliário*⁵” do Fiscal. Não há referência à resolução da questão.

A construção do aqueduto teve inúmeros desdobramentos por não corresponder às condições estabelecidas, e esperadas, pela Câmara. Arrematado em 1826, pelo valor de 2:170\$000, por Domiciano Ribeiro da Silva foi afiançado pelo Capitão José de Oliveira Castro, como consta de registro do ano seguinte (AMHB: Livros Antigos, nº 5.1, 1814-1838, f. 63v-64).

As condições estabelecidas tinham como objetivo determinar a largura do aqueduto, a força da queda, os desvios para escoamento das enxurradas, a fatura de pontes “de Pedra ou de Madeira de Lei” para superar as dificuldades do percurso, a construção de banquetas para a firmeza do aqueduto e a limpeza de “toda madeira grossa que estiver próxima do Rego (...) para chegar o Aqueduto nesta Vila na Praça denominada a dos Carros”⁶, onde seria construído um Chafariz (AMHB: Livros Antigos, nº 5.1, 1814-1838, f. 54v-56). Tal largo se localiza um quarteirão acima da igreja Matriz, área central da vila. O abastecimento de água em Baependi foi de difícil solução⁷ com desdobramentos até o início do século XX.

A implantação das Posturas Municipais tinha como objetivo, em geral, o controle e fiscalização das obras públicas e particulares, o comércio local e a circulação de pessoas. Estabelecidas no ano de 1823, regulavam a ação dos Almotacés, no que dizia respeito à fiscalização e à sua prestação de contas. Quanto ao abastecimento de alimentos na vila e à regulação do comércio – de suma importância por serem os assuntos que mobilizaram o maior número de artigos – encontram-se a imposição do licenciamento para a abertura de lojas, o licenciamento para exercício de ofícios e a fiscalização da qualidade dos produtos e dos pesos e medidas. A aferição dos Almotacés deveria ser frequente e registrada para a apresentação às autoridades competentes.

Chama a atenção o número diminuto de artigos dedicados à fiscalização da edificação de prédios e sua manutenção, na área urbana, e da manutenção de pontes, caminhos e estradas que foram contemplados com três artigos para o primeiro caso e, um para o segundo. Nenhum artigo é dedicado, neste registro, à circulação de pessoas na sede da Vila, à permanência em vendas ou *ajuntamentos*. Também é de estranhar a ausência de menção às festas e *batuques* (AMHB: Livros Antigos, nº 6, 1822-1912, f. 43-46).

O Termo da nova vila foi constituído pelo território da freguesia da sede, além das freguesias de Pouso Alto e de Aiuruoca “cuja reunião já existe no que respeita à administração da Justiça Eclesiástica” (AMP: SG, Cx. 91, Doc. 23). A uniformização das divisas civis e eclesiásticas foi argumento utilizado na questão do rearranjo territorial ocorrido no sul de Minas, na década de 1840, quando a vila da Campanha da Princesa propunha a criação de uma nova província e os moradores da Comarca do Sapucaí reivindicavam sua anexação à Província de São Paulo (CASTRO, 2015, p. 15).

⁵ Atrabiliário – de mau humor, violento, colérico, melancólico. Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/atrabiliario/> Acesso em 24/04/2016, Às 14:21h.

⁶ Segundo documento de solicitação de licença para a edificação da Capela da Irmandade de Nossa Senhora de Boa Morte, o largo dos Carros - que foi extinto – seria o mais comodo para tal e concorreria para o aformoseamento da Vila. (AMHB: Cx. 9, Doc. 128)

⁷ Para a questão do abastecimento de água na Vila e seu Termo, existem inúmeros documentos que adentram o século XIX e o ultrapassam, datando o mais recente das primeiras décadas do século XX. Diversas foram as propostas sem, no entanto, trazerem solução adequada. Um dos contratos indica, inclusive, o favorecimento de profissionais por terem as obras sido acordadas sem o lançamento de Edital em praça pública.

O tamanho do Termo, o aspecto físico das localidades e a capacidade de sustento de seus moradores eram critérios a serem observados nas solicitações de ereção de vilas e cidades (FONSECA, 2003, p. 46). A extensão do terreno – que conferia riqueza e dignidade aos povoados (CASTRO, 2015, p. 4) –, a fertilidade de suas lavouras somada a diversidade de suas criações e a existência de minas de ouro viabilizavam o sustento dos “seus próprios nacionais, e habitantes, como aos estrangeiros” (AMP: SG, Cx. 91, Doc. 23).

A dinâmica da economia local – relacionada à produção e ao comércio de gêneros agrícolas e de pecuária – pode ser confirmada pela Escritura de registro do Termo de Doação para o Patrimônio da Matriz de Baependi e criação do Arraial, datada de 1754. Segundo o documento, os doadores reservaram para si

as terras vizinhas capazes de Lavoura, Matos, e restingas; como também ranchos de Tropas, e venda dos mantimentos das Lavouras da Nossa Fazenda, a saber Farinhas, Milhos, Feijões e Toucinho, e tudo que for da Lavoura da Nossa Fazenda; (...); também reservamos as criações de Gados, a saber Bois, Cabras, Ovelhas, e Porcos; (...). (PELÚCIO: 1942, p. 46-47. Grifo nosso).

Asseveraram os suplicantes que o aumento da população, do comércio e da lavoura – pelo encurtamento da distância percorrida para a solução de seus negócios –, traria benefícios tanto para os moradores destas freguesias quanto para a Fazenda Real. Para isso concorreram obras para a abertura de estradas e a construção de pontes e foram lançados Editais para a arrematação das Passagens.

Em decorrência do clima e topografia da sede da vila e seu Termo, a abertura e manutenção de estradas e a fatura e conserto de pontes foram realizadas constantemente. Em 1818, o carpinteiro Nicolau Ferreira Lopes recebeu 17\$440 réis pela fatura da Ponte do Ribeirão Baependi pequeno “na estrada que segue desta Vila para Pouso Alto” e pelo conserto na ponte do Rio Baependi “na estrada que segue desta para a Vila de São João” (AMHB: Cx. 19, Doc. 7, f. 1). Na obra intitulada *Baependi*, de José Alberto Pelúcio, consta a transcrição da Carta de Exame⁸ passada ao carpinteiro Nicolau sem, no entanto, a data do licenciamento (PELÚCIO: 1942, p. 73). Não se pode, portanto, assegurar desde quando o oficial atuava em Baependi.

As intervenções eram contínuas e buscavam viabilizar o exercício das atividades produtivas nas diferentes freguesias que compunham o Termo. Em dois dos registros ficam evidenciadas as relações de dependência entre as vilas e freguesias do sul de Minas, em função da natureza da economia ali desenvolvida. Em 1824, “a maior parte dos Negociantes e Tropeiros” da vila de Campanha da Princesa que “transitam para a Corte do Rio de Janeiro” solicitaram a construção de uma ponte no rio Verde “que facilite o comércio daquele Termo com a Corte do Rio de Janeiro, e mais Povoações meridionais” (AMHB: Cx. 8, Doc. 161, f. 1) em função dos obstáculos existentes como Morros, charcos e pântanos, além de passagens perigosas que impedem a passagem das Tropas e “demais equipagens” (AMHB: Cx. 8, Doc. 161. f. 2 e 2v).

⁸ A transcrição é inserida a título de comparação com Carta de Fidalguia apresentada pelo historiador. Informa que, para segurança da população, tais licenças eram emitidas pela Câmara Municipal, que elegiam juizes de officio.

De mesmo teor encontra-se a representação dirigida à Câmara de Ouro Preto pelos moradores da Freguesia do Pouso Alto, datado de 1826, no qual registram duras críticas à Câmara da Vila de Baependi pelo “desleixo nas Estradas” (AMHB: Cx 8, Doc. 24, f. 1). A alteração do Caminho e as péssimas condições das Estradas obstavam

o maior negócio daquela Freguesia [que] é marcado por Tropas que excede o N^o de 1-500 bestas, que constantemente transportam seus efeitos para a Corte do Rio, e no regresso conduzem fazendas e tal para esta Província (AMHB: Cx 8, Doc. 24, f. 1).

Apontam a perda de bestas e cargas, o perigo de travessia dos rios e charcos no período das chuvas e exortam a interferência do Governo da Província para que as providências sejam tomadas, já que “os *Suplicantes* são aqueles que *contribuem com a maior parte das Rendas para a enriquecer*” (AMHB: Cx 8, Doc. 24, f. 1). Tais matérias indicam que as atividades econômicas da Vila e seu Termo mantiveram-se voltadas para a produção e comércio de gêneros alimentícios desde meados do século XVIII, com intenso trânsito de pessoas e mercadorias entre as Províncias de Minas e Rio. Indicam, ainda, os conflitos de interesse internos ao Termo da Vila de Santa Maria de Baependi e as instâncias de recurso utilizadas pelos habitantes das localidades.

No ano de 1832, foram autorizadas a construção da ponte da Pinguela, na Freguesia de Aiuruoca e, a avaliação da ponte do Apolinário, localizada em Pouso Alto, para lançamento de Edital de arrematação. Nos dois casos, as pontes foram consideradas de “bastante necessidade” pelo Vereador José Joaquim Correa (AMHB: Cx. 10, Doc. 151, f. 1).

A Vila de Santa Maria de Baependi no sul de Minas

A visualização da espacialidade territorial da vila de Baependi, e a identificação da alteração das hierarquias urbana e eclesiásticas das localidades no tempo, estão presentes em dois mapas. Estes registram, especificamente, a vila da Campanha da Princesa – onde constam as freguesias de Baependi, Aiuruoca e Pouso Alto integrando o seu Termo – e a delimitação da freguesia de Pouso Alto.

Os mapas permitem identificar a natureza fronteira de Baependi que, ao ser erigida, possuía território contíguo à serra da Mantiqueira, margeando as Províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, sendo área de confluência de estradas e caminhos por onde transitavam pessoas e mercadorias, em direção à Corte.

(...) com a queda da produção de ouro na parte central de Minas Gerais, ocorrida na segunda metade do século XVIII, são as áreas periféricas da capitania que são ocupadas por mineiros e fazendeiros, e é sobretudo em sua parte meridional que se formam dezenas de novos arraiais (FONSECA, 2003, p. 41).

Permitem, igualmente, refletir sobre a importância das capelas e igrejas nesta sociedade por serem a referência da administração espiritual e secular.

Nesse sentido, é relevante a afirmação de Francisco E. Andrade que associa a sociabilidade pública aos prédios religiosos entendidos como “foco de irradiação de uma civilidade de hábitos e valores locais (não exclusivamente religiosos) ao mesmo tempo nativa e europeia” (ANDRADE: 2005, nota 11, p. 4)

O registro cartográfico da vila da Campanha da Princesa (Fig. 1) apresenta a “igreja [como] o foco e o elemento polarizador dos agrupamentos mineiros, em termos não somente sociais, mas também, (...): espaciais” (FONSECA, 1997, p. 69). A confluência dos interesses senhorial, régio e eclesiástico encontra-se impresso na conformação territorial – e na configuração da paisagem local – com a representação da administração secular pelos edifícios religiosos. Nesse sentido, apresenta-se graficamente o enraizamento do Estado “nas práticas costumeiras de poder dos coloniais e nas instituições basilares das comunidades, como as capelanias” (ANDRADE, 2005, p. 1).



Figura 1 – Detalhe indicando a localização das freguesias de Baependi, Pouso Alto e Aiuruoca integrantes do Termo da Vila de Santa Maria de Baependi. Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa, feixada pelo Rio Grande, e pelos registros, que limitão a Capitania de Minas. Francisco de Sales. AHU (n. 263/1170). Foto Laura Castro e Paulo Cintra – Projeto Resgate.

É perceptível o grande número de capelas (parte superior do mapa) que a freguesia de Aiuruoca continha, antes mesmo da ereção da vila de Baependi. Segundo Francisco E. Andrade, no século XVIII, o grande número de capelas filiais era resultado da “adaptação às condições sociais e econômicas de Minas Gerais” (ANDRADE, 2007, p. 158). A freguesia de Aiuruoca contou com o registro de suas capelas filiais o que pode indicar “um investimento simbólico, religioso, político e econômico (...) [empreendidos pelos seus moradores] nos pontos estratégicos e de passagem das rotas mercantis” (ANDRADE, 2007, p. 165).

No mapa não foram inseridas as capelas do Rio Verde, do Favacho e da Piracicaba – filiais de Baependi – e tampouco as de Nossa Senhora do Carmo e do Espírito Santo, filiais da matriz de Pouso Alto. No texto *Memórias Históricas da Província de Minas Gerais* foram mencionadas como capelas curadas (RAPM, v.1, 1908, p. 626) indicando a ocorrência do aumento do número de assistentes e da realização de cerimônias regulares (ANDRADE, 2007, p. 158).

A freguesia de Pouso Alto (Fig. 2) foi representada em documento cartográfico pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro, com datação (incerta) para 1738. Mesmo com a alteração de escala, registrando este documento uma área mais circunscrita, podem ser visualizados indícios de alterações promovidas neste espaço.

Numa primeira visada é possível contestar a notação cronológica já que Baependi (na parte superior, direção Norte) é indicada como vila, o que impõe a fatura do mapa em data posterior à 1814. No Arquivo Municipal e Histórico de Baependi encontram-se documentos que permitem ratificar a datação do registro e que apresentam as negociações realizadas para a elevação das capelas na hierarquia eclesiástica, encobrando um o jogo de interesses que dizem respeito ao âmbito do poder político local.



Fig. 2 – Mapa topográfico da freguesia de Pouso Alto e seus contornos. APM – SC 001, s.l., 1738 (data incerta).

Para a Freguesia de Pouso Alto foram retratadas a Matriz, no arraial, e as capelas de Boa Vista, Carmo, Capivari e Espírito Santo. Em 1827, segundo Antônio Rodrigues Affonso⁹ o Bispo Diocesano “houve por bem *curar de Direito, e interinamente, até Resolução de Sua Majestade o Imperador*, neste Termo as seguintes Capelas: Espírito Santo, e Carmo da Freguesia de Pouso Alto; São Vicente, e Livramento da Freguesia da Aiuruoca”. Para que fossem efetivadas

⁹ Padre Coadjutor na Freguesia de Baependi.

expediu as “competentes Ordens aos respectivos Párocos”(AMHB: Caixa 9, Doc. 128).

Em novo requerimento, no ano de 1829, propuseram Francisco Theodoro da Silva e José [Alvarez] Pereira de Mello que se oficiasse ao Bispo um pedido para que “declare por sua Provisão curadas as ditas capelas”¹⁰. A requisição afirmava terem os distritos “suficiente população”, indicava a “precisão que tem de Juízes de Paz” pela “grande distância de outro qualquer lugar mais povoado” e pelo desejo “que estes Povos, quanto antes desfrutem os bens que oferece a instituição dos Juízes de Paz” (AHMB: Cx. 9, Doc. 271).

A Câmara de Baependi, à qual estava submetida a Freguesia de Pouso Alto, obteve autorização do Conselho do Governo para o estabelecimento da divisão “dos Distritos da Aplicação da Matriz, e Capela filial do Carmo” (AMHB: Caixa 9, Doc. 166, f. 1) por Decreto datado de 11 de setembro de 1830. A confirmação do patrimônio da capela filial do Carmo obteve registro em 14 de setembro de 1830 constando não ter havido “prejuízo dos rendimentos Paroquiais” e ter sido “conforme os interesses dos moradores”(AHMB: Cx. 9, Doc. 166).

Os documentos citados reforçam a ideia do exercício do poder político atribuído às capelas por concentrarem “os procedimentos regulares da justiça civil ou eclesiástica” e abrigarem em seu espaço “tensões e embates cotidianos (...) durante as missas, ofícios dos sacramentos e festividades” (ANDRADE, 2005, pp. 3-4). Dentre as capelas que figuram na solicitação para o estabelecimento de curato, a de São José do Favacho – que teve sua origem como capela particular em fazenda do mesmo nome e era filial da matriz de Baependi – pode ser representativa da constituição de capital simbólico. As cerimônias ali realizadas tiveram como seu principal capelão o padre Francisco Antônio Junqueira¹¹ (ANDRADE, 2008, p. 258, nota 22). A família Junqueira alcançou, na primeira metade do século XIX, proeminência na administração local, representatividade política e acumulou fortuna com a produção e comércio de gêneros de abastecimento e a criação de cavalos (ANDRADE, 2008).

Como núcleo de assistência espiritual, e mecanismo de configuração de poder, as capelas não restringiam seu atendimento ao ‘pasto espiritual’ doméstico contribuindo para a construção e a representação da hierarquia social da localidade onde estava inscrita. Nessa perspectiva, as missas – e todos os ofícios do calendário litúrgico – assumiam papel político disciplinar (ANDRADE, 2007, p. 155).

A ereção de capelas e igrejas pode ser entendida, então, como o estabelecimento de lugares privilegiados, com maior ou menor destaque para os prédios religiosos, fosse nas áreas rurais ou urbanas, alterando a paisagem local. Assim, é possível a compreensão da inserção dos prédios religiosos como símbolos de poder expressos na paisagem servindo ao “propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda uma sociedade” (COSGROVE: 1998, p. 106) em uma longa duração.

As igrejas, e seus ornamentos arquitetônicos e decorativos, eram utilizados como critérios na qualificação urbana que, por conseguinte,

¹⁰ As capelas do Espírito Santo e Carmo da Freguesia de Pouso Alto; São Vicente, Livramento, e Bocaina da Freguesia da Aiuruoca, e Favacho da Paróquia da vila de Baependi.

¹¹ Atuou como coadjutor na matriz de Baependi, no ano de 1803 e, como sacerdote na ermida de São Tomé das Letras, no ano de 1824, cujo patrimônio foi constituído por seu pai e a obra arquitetônica e decorativa financiada por seu irmão Gabriel Francisco, o futuro Barão de Alfenas.

enobrecia seus moradores. Nesse sentido, as edificações eclesiásticas revelam a mútua influência entre as hierarquias urbana e social já que “as qualidades e os títulos das aglomerações podiam ajudar as elites locais a obter honras e privilégios (FONSECA, 2003, p. 43).

Na realidade, o capelão (e principalmente o pároco) era peça importante no jogo de poder local ou familiar e sabia usar o capital religioso e simbólico que detinha. (...) as capelas marcavam o espaço e ajudavam a compor as linhas de força entre os pobres, poderosos e autoridades régias, especialmente nas fronteiras dos territórios coloniais. Articulando-se aos núcleos de povoamento, as igrejas distinguiam-se na paisagem rústica do entorno e qualificavam os moradores (ANDRADE, 2007, p. 166)

Importante ressaltar que a constituição do Patrimônio das capelas e matrizes, se feita em terras, interferia diretamente na paisagem e no traçado dos arraiais. As determinações das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* proibiam a ereção de edifícios de particulares no entorno dos templos e impunham a *decência*, a localização em “lugar alto” e o distanciamento de “lugares imundos e sórdidos” (FONSECA, 1997, p. 72) para a ereção dos templos.

As alegações feitas pelos representantes das localidades nos momentos de solicitação da alteração das funções e hierarquias urbanas, podem ser reveladoras da subjetividade desses critérios. Ao pleitear o título de cidade, a vila de São João del-Rei – cabeça da comarca do Rio das Mortes – afirmava ser bem assentada, ter ruas regulares, possuir edifícios nobres com “*bem ornados templos*”, em sitio saudável e bem localizado.

Quando o arraial de Campanha peticionou à rainha a sua elevação à vila, os representantes da cabeça da comarca deram parecer contrário alegando a ausência de “*igreja decente*”. Afirmaram que, mesmo com a existência de boas lavras na localidade, “pouco ou nada cuidam no *ornato* dela” (FONSECA, 2003, p. 49). O “número e a riqueza das igrejas eram aspectos de grande importância na avaliação das povoações” (FONSECA, 2003, p. 49) contando como critério para o enobrecimento local e como espaço cênico e teatral de persuasão. Os templos deveriam ser bem ornamentados “para lisonja do gosto, agrado da vista, recreio da vontade” (PEREIRA, 1728, p. 7 apud ANDRADE, 2007)

O recurso de desqualificação da câmara de São João del-Rei tinha por objetivo evitar a emancipação do arraial em função da “redução considerável do termo da cabeça de comarca” (FONSECA, 2003, p. 49). Foram inúmeras as negociações que levaram a termo a ereção de Campanha em vila e a delimitação de seu território de jurisdição. Baependi não fugiu à regra, tanto no que diz respeito às representações contrárias à sua emancipação quanto ao recurso de decoro e decência de sua matriz.

Em momento coevo à sua ascensão na hierarquia urbana, ocorriam as primeiras obras de reforma e ornamentação interna da igreja matriz. Esta tendência não se restringe a sede da Vila, sendo identificável em alguns dos distritos que integravam o seu Termo, tais como nos distritos do Turvo (Andrelândia) e do Livramento (Liberdade), onde as capelas possuem obras decorativas com confirmação de autoria atribuída ao pintor Joaquim José da Natividade (ARAÚJO, 2001).

Ornamentação de igrejas: a obra de Joaquim José da Natividade

Pintor, dourador, policromador e encarnador sua atuação na comarca do Rio das Mortes foi significativa. Além das igrejas aqui mencionadas, seu legado é composto por obras em uma dezena de templos localizados na região.



Figura 3 – Detalhe da Comarca do Rio das Mortes, vendo-se as freguesias e capelas filiais onde são encontradas obras com atribuição de autoria para Joaquim José da Natividade. Partindo da indicação acima Congonhas do Campo. Seguindo pela direita Prados São João del-Rei, Garambéu. No ponto mais abaixo Baependi. Seguindo em frente Carrancas. Na lateral esquerda Lavras do Funil, Bom Sucesso e Conceição da Barra. Mapa da Capitania de Minas Gerais. [S.l.:s.n.], 1810, desenho a nanquim, col., 95 x 82. Coleção Carvalho. Biblioteca Nacional Digital (Brasil).

A aproximação entre estas freguesias não se limita à existência de obras identificadas para o pincel de Natividade. Dos povoados onde foram localizadas obras do artista as capelas mais antigas datam do início do século XVIII, e faziam parte de um “atalho (...) [que] partindo do *MBaependye* atravessando o sertão das Carrancas” (VASCONCELOS: 1974, v. 2, p. 223) alcançava São João del-Rei. Estas capelas se inserem no contexto de ocupação da capitania das Minas.

Em um primeiro momento da ocupação, estes arraiais conheceram um período de exploração aurífera. A partir da segunda metade do século XVIII, ocorreu o aumento crescente da presença de propriedades voltadas para as “terras de cultura e de criar”. O processo de ereção de capelas e igrejas parece estar associado ao movimento de afirmação das atividades agropastoris em detrimento das mineradoras.

Em meados do século XVIII alcançaram a condição de freguesias coladas, com publicação das provisões no ano de 1752, por D. Frei Manuel da Cruz (BARBOSA: 1971, pp. 55-56; 11; 384-385). A década de 1750 foi também o período do registro da doação do patrimônio para a ereção da igreja matriz de Baependi. A tabela abaixo tem por objetivo orientar a temporalidade da atuação de Natividade, mesmo que de maneira inconclusa.

Tabela 4 – Quarta visita Pastoral – Comarca do Rio das Mortes			
Data	Obra	Localidade	Andamento das obras
1824	Pintura	Turvo, Prados, Conceição da Barra	Prontas
	Altars e retábulos	Turvo, Prados, Conceição da Barra, São Tomé, Lavras, Liberdade e Carrancas	Pintados e dourados
	Altars e retábulos	Baependi e Bom Sucesso	Pintados de branco
	Altars	Liberdade	Sem tratamento

Tabela 1 – Elaboração a partir do manuscrito das Visitas Pastorais. TRINDADE, 1998, pp. 189-255.

A concomitância na realização das obras de ornamentação dos templos norteia a compreensão das possíveis relações entre os processos de construção e decoração de igrejas com o estabelecimento de distinção e hierarquia social na experiência mineira, entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

A localização de tal processo propõe que o estabelecimento de uma rede complexa de produção de obras arquitetônicas, de ornamentação – ea aquisição de imaginária religiosa – possa ser pensada como representativa das relações e dinâmicas internas a uma sociedade em que a acumulação de riquezas favoreceu a afirmação social e política de setores ligados à produção agropastoril.

A identificação dos trabalhos de decoração interna dos templos, nas primeiras décadas do século XIX, se apresentou como expressão inerente à transformação dessa paisagem à serviço de uma realidade que se complexificava, na medida em que a própria sociedade se ampliava numericamente e se diversificava com a presença de diferentes atores sociais.

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a *cidade*, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na *pintura*, poesia e outras artes (COSGROVE, 1998, p. 108. Grifo nosso).

A construção de capelas e igrejas matrizes das freguesias que compunham o Termo de Baependi se aproxima dessa visada por se acharem associados ao controle da ocupação do espaço, respondendo ao interesse de grupos sociais específicos.

Irmandades leigas na Vila de Santa Maria de Baependi

O levantamento realizado por Caio César Boschi em sua obra *Os leigos e o poder*, que aborda aspectos relativos às irmandades leigas em Minas Gerais, aponta um interessante panorama para o sul de Minas. A concentração do registro de Livros de Compromisso de irmandades nesta região, nas primeiras décadas do século XIX, pode revelar o aumento da concentração de negros e pardos, se considerarmos a filiação, pela cor, àquelas de orago dedicado à Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Boa Morte.

O gráfico abaixo apresenta a tendência dos registros mais antigos para compromissos dessas irmandades na comarca do Rio das Mortes. Como se vê, a grande maioria passou a existir nas duas primeiras décadas do século XIX, com exceção da cabeça da comarca e outras quatro freguesias, que já possuíam irmandades em datas anteriores.

Além de São João del-Rei, que teve o estabelecimento do compromisso de sua irmandade de Nossa Senhora do Rosário no ano de 1708, as freguesias de São José del Rei (1773), Conceição da Barra (1783) e o arraial de Lagoa Dourada (1793) – filialde Prados – tiveram seus compromissos registrados na segunda metade do século XVIII.

Fugiram à regra a maior parte das freguesias da comarca que, seguindo a tendência encontrada na vila de Santa Maria de Baependi, tem suas irmandades erigidas entre os anos de 1800 e 1820, na primeira metade do século XIX.

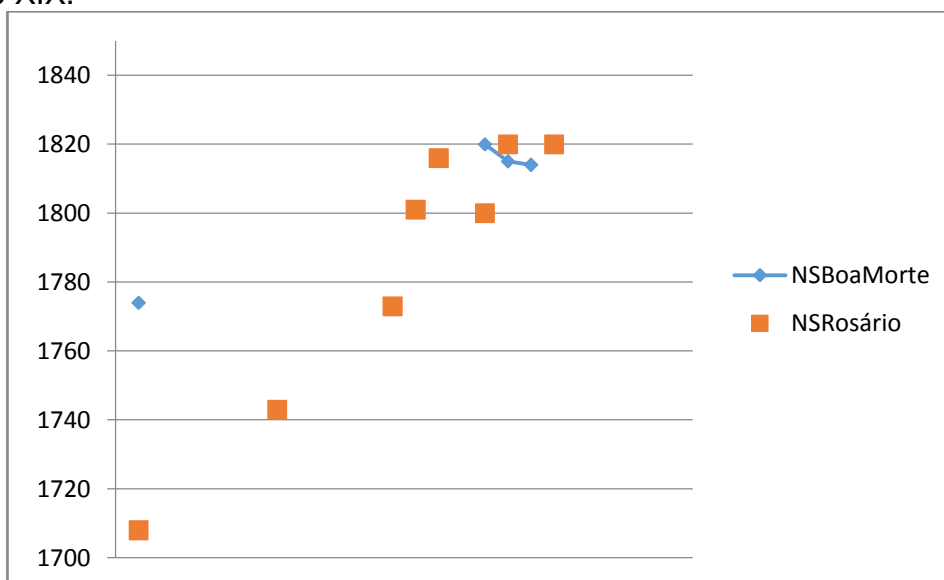


Gráfico 1 – Elaboração a partir dos dados coletados na obra *Os leigos e o poder*. (BOSCHI, 1986, pp. 214-224)

A criação de irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte nas freguesias de Aiuruoca e Baependi em períodos contíguos, especificamente em 1814 e 1815, concorre com o desmembramento destas freguesias do termo da Vila de Campanha da Princesa. Poucos anos depois, foram registradas a criação de irmandades de Nossa Senhora do Rosário (1820), devoção que agregava majoritariamente negros, tanto na vila de Baependi quanto nas freguesias de Aiuruoca e Pouso Alto, que compunham seu Termo.

Estes dados são significativos e podem refletir o deslocamento da população para a região sul da capitania de Minas Gerais. Ligado a fatores econômicos, como o fomento à produção e o consumo de serviços mecânicos, este movimento demográfico teria condicionado naquela parte das Minas uma

concentração de mão-de-obra – principalmente de pardos e negros livres e libertos – nos povoados da região.

As listas nominativas para o período da década de 1830 revelam a predominância de oficiais mecânicos pardos e negros, fossem eles livres, forros ou cativos. Essa informação pode ser comprovada pelas listas nominativas (APM: MP, Cx. 08, Doc. 09, 1838; MP, Cx.13, Doc. 07 ao 16, 1831-1832)¹², onde aparecem para as freguesias de Pouso Alto e Aiuruoca grande presença de fogos com pardos livres e libertos exercendo atividades associadas à agricultura e ofícios mecânicos. Importante indicar que os exames de oficiais mecânicos, registrada em Autos da Câmara da Vila de Baependi, teve início a partir da década de 1820. É também do mesmo período, a criação de uma Comissão para a “louvação” das obras públicas em curso.

Conclusão

Estes aspectos em conjunto, parecem favorecer a leitura das transformações que estavam em curso naquela região, na primeira metade do século XIX. É possível averiguar que a conformação do espaço da vila de Baependi, e seu Termo, estava inserido em um processo de adequação à realidade do deslocamento do eixo demográfico e produtivo para a comarca do Rio das Mortes.

A municipalidade buscou ordenar e orientar a convivência entre os habitantes de sua jurisdição, nas áreas urbana e rural. Desse modo, o “espaço físico traduzia as necessidades sociais, adaptando-se à vida coletiva que nela se encerraria” (FONSECA, 1997, p. 103). A complexificação da sociedade, com a fixação de diferentes grupos sociais na nova unidade, pode ser percebida pelas intervenções realizadas e pelas demandas na abertura e configuração de espaços de sociabilidade, fossem sagrados ou profanos.

Como controle e ordenação consciente, a intervenção humana pode ser conhecida pelos indivíduos e grupos de uma dada sociedade e, através da técnica – construtiva, de escolha e elaboração de materiais – e do gosto artístico, a sociedade participa de forma ativa na alteração do ambiente, natural e urbano. A presença de artistas e artífices na região e o aumento da demanda de objetos de arte¹³(ANDRADE: 2008, p. 131) por representantes do grupo social dominante podem ser entendidos como reflexos desse processo.

Pensar o deslocamento da hierarquização social, antes baseada na organização do espaço urbano para a ornamentação dos templos, apresenta a possibilidade de se refletir sobre os traços de uma sociedade em que o processo de aristocratização era representado pela ostentação e pelo luxo dos objetos de consumo(LIMA: 2008, p. 75-77; 79-80; 85-86), fossem eles referentes ao âmbito sagrado ou profano. As igrejas, nesse sentido, podem ser apreendidas como expressão do privilégio social em diferentes aspectos: pelo

¹²As listas nominativas para o período da década de 1830 revelam a predominância de oficiais mecânicos pardos e negros, fossem eles livres, forros ou cativos. Importante indicar a existência de exames de oficiais mecânicos, a partir da década de 1820, registrada em Autos da Câmara da Vila de Baependi, além da criação de uma Comissão para a “louvação” das obras públicas em curso.

¹³ A tabela nº 17 produzida por Marcos F. Andrade, a partir dos inventários *post mortem* do termo de Campanha, pode ser elucidativa quanto aos períodos de crescimento de aquisição de oratórios pelas famílias ali fixadas. Os anos de 1830-1850 trazem índices significativos.

lugar de destaque na topografia local, ao serem elevadas à condição de matriz de uma nova freguesia ou como referência de origem para os arraiais e vilas.

A construção e a ordenação do espaço são, então, percebidas como expressão e simbolismo de poder e relaciona-se diretamente à estrutura hierárquica (FONSECA, 2003, p. 43) da sociedade. É nesse período que estas ocorrências se concentram o que justifica uma busca mais pormenorizada.

Fontes e Bibliografia

Fontes

Manuscritas

Arquivo Municipal e Histórico de Baependi – AMHB

Livro de Arrematação das rendas da Câmara e das Obras públicas – 1814-1838, nº 5.1

Livro de Receitas e Despesas da Câmara de Baependi, 1822 – 1912, nº 6

Documentos Avulsos:

Caixa 8 – Docs. 24, 161

Caixa 9 – Docs. 128, 166, 271

Caixa 10 – Doc. 151

Caixa 19 – Docs. 2, 5, 6, 7, 18

Arquivo Público Mineiro - APM

SG – Caixa 91, Doc. 18, 23

MP – Caixa 08, Doc. 09

Caixa 13, Doc. 07-16

Cartográficas

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – BNRJ

Mapa da Capitania de Minas Gerais. [S.l.:s.n.], 1810, desenho a nanquim, col., 95 x 82. Coleção Carvalho. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Disponível:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1017272/cart1017272.htm

Arquivo Público Mineiro - APM

SC – Mapa topográfico da freguesia de Pouso Alto e seus contornos.
001, s.l., 1738 (data incerta).

Arquivo Histórico Ultramarino - AHU

Mapa da Capitania de Minas Gerais. [S.l.:s.n.], 1810, desenho a nanquim, col., 95 x 82. Coleção Carvalho. Biblioteca Nacional Digital (Brasil). Projeto Resgate.

Impressas

Revista do Arquivo Público Mineiro - RAPM

Criação de Vilas no período Colonial, v. 1, f. 3, 1896, pp. 427-441

Memórias Históricas da Província de Minas Gerais, v. 13, 1908, pp. 523-

639

Livros e Artigos

ANDRADE, Francisco Eduardo. “Poder e capelania na fronteira de Minas Gerais – o sertão do Oeste”. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Comunicações. IICT; Centro de História de Além-Mar (CHAM). Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____. “A conversão do sertão: capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais”. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n.º 37, jan-jun, 2007, pp. 151-166.

_____. “Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa”. In: *Revista América Latina em La Historia Economica*, n.º 35, jan-jun, 2011, pp. 271-296.

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ARAÚJO, Carlos Magno. “A policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região dos Campos das Vertentes e Sul de Minas”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), n. 1, 2001.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Edição comemorativa de dois séculos e meio da capital de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora SATERB, 1971.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder e. “Representação política e participação de poderes municipais em projetos de reordenamento territorial do Império – a ideia de criação da Província de Minas do Sul”. In: *Anais do 1º Seminário Internacional Brasil no século XIX*. Vitória, UFES, 25-29 ago, 2014.

CHARTIER, Roger. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *História cultural. Práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

FONSECA, Claudia Damasceno. “O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações”. In: LPH: Revista de História, Mariana, n.º 7, 1997, pp. 67-107.

_____. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos. A concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*, n.º 29, jan 2003, pp. 39-51.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência em Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)*. São Paulo: Annablume, 2002.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942.

TRINDADE, José da Santíssima Trindade, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade; estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1974.